



REVOLUÇÃO DE 1930: RUPTURA OU CONTINUIDADE?

Carlos André Santos Farias

Faculdade Alfredo Nasser

Casfarias.cnn@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir acerca dos acontecimentos da chamada revolução de 1930, mais especificamente a primeira fase do período Vargas de governo. Mesmo assim adota-se como perspectiva analítica as categorias de ruptura ou continuidade no que concerne aos impactos e resultados da mesma para a sociedade brasileira de modo geral e mais designadamente no que diz respeito aos ideais de nação moderna, veiculados fortemente no período da primeira fase da gestão varguista. Deste modo, discute a questão da transição da Monarquia para a República ressaltando que os ideais ali expostos estiveram presentes em períodos posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: República, Movimento de 1930, Ruptura, Continuidade.

1 INTRODUÇÃO

A chamada “revolução” de 1930, sobretudo do ponto de vista social apresenta contradições acerca das alterações provocadas, ou seja, ruptura ou continuidade? Esta é uma questão presente em muitas das análises realizadas sobre o período, concebido como um dos mais significativos da história contemporânea do Brasil. No entanto, não é de se espantar que desde a transição da Monarquia à República, passando pelos anos 20 até o ocorrido em 1930, poucas alterações tem ocorrido num projeto de nação arquitetado desde a independência.

Ainda que o trabalho não retorne ao período da independência, impossível deixar de refletir sobre um projeto de nação arquitetado neste período e que parece ter-se mantido apesar das transformações ocorridas. Nessa direção, muito se tem discutido sobre 1930, considerado um dos movimentos mais importantes da história brasileira, pois colocou fim a Velha República; não apenas tirou as oligarquias do poder, como também marcou os rumos da política e da democracia brasileira. Ainda hoje o tema é palco de indagações e tem sido objeto de diferentes versões por parte da historiografia brasileiras.

Foi pensando nestas duas perspectivas de análise sobre o período que o presente texto procurou mostrar os rumos que o país tomou até se chegar à Revolução de 30 e se de fato rompeu com um projeto de nação idealizado. De início veremos como o Brasil se transformou numa República Federativa sob o comando de um Presidente, bem como de que maneira se implementou uma nova Constituição, porém, sem a participação popular.

Mesmo reconhecendo a importância da chamada Era Vargas (1930-1945), o presente texto, *priori*, não tem a intenção de debruçar em uma análise sobre a vida e a longa permanência de Getúlio no poder. Por questões de ordem teórica e metodológica e a necessidade de delimitar um objeto de estudo, o trabalho foca suas atenções num bloco histórico que centrou no período que antecedeu as eleições de 1930 até o chamado “golpe” de 1937, por esse período se constituir num divisor de águas entre as forças políticas no país devido à instabilidade no poder que rondava o governo provisório de Getúlio Vargas.

Desse modo, destacou-se como questão problemática do trabalho compreender se o movimento de 1930 representou uma continuidade ou uma ruptura para a nação brasileira. Nessa direção elegeu-se como objetivo central compreender os desdobramentos de 1930 para nação brasileira, mais especificamente a primeira fase com a chegada de Vargas a presidência do Brasil, dado a expectativa gerada em torno deste acontecimento, as disputas do grupo vitorioso pelo poder e os descontentamentos sociais.

Visando responder a questão acima destacado, o trabalho está dividido em três partes. A primeira denomina-se a passagem da Monarquia à República: a construção do ideário republicano sem a participação popular. Destaca o processo de como o Brasil se transformou em uma República Federativa com modelo presidencialista sem a participação da população. Numa época em que a democracia no Brasil estava apenas em estágio embrionário, dando, portanto, seus primeiros passos. Nesse contexto, o conflito político foi uma marca dos primeiros anos da República.

A segunda parte intitula-se a Primeira fase republicana: contexto conturbado. Nela é apresentado as formas com que a eleição presidencial de 1922 trouxe a tona à crise do pacto oligárquico e como nos anos 1920 os militares voltaram a cena política detonando o movimento que ficou conhecido como “tenentismo”. Encerra essa segunda parte destacando como ocorreu o movimento de 1930, após

Washington Luís romper com o pacto entre os estados de São Paulo e Minas Gerais que resultou na chegada de Getúlio Vargas a presidência da República.

A terceira e última parte denomina-se Primeira fase do governo Vargas: novo cenário, novos rumos? Aborda o movimento de 1930, mais especificamente a Primeira fase do governo Vargas. Fecha esse bloco acenando que o clima de liberdade durou pouco, dado a mudança de rumo com o fechamento do congresso pelo presidente. O reestabelecimento da hegemonia se daria por meio de uma ditadura, conhecida como Estado Novo. A primeira fase do governo fecha-se laconicamente.

2 METODOLOGIA

- A temática apresentada é fruto de uma pesquisa de cunho teórico-descritivo-bibliográfico dado a pertinência da mesma na análise das questões levantadas;
- Foram analisados, interpretados e tencionado os pensamentos de autores que discutem o assunto em questão;
- COSTA (1999), CHAUL (2010), FAUSTO (2010), SKIDMORE (1998), MENDES (1986).
- As principais ideias que se relacionam com o tema foram oriundas a partir da adoção de anotações, fichamentos;
- Arquivamentos de dados e informações pertinentes ao objeto;

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Foi possível verificar que após a Independência do país, houve a necessidade de se criar o ideário de nação;
- O ideal de nação continuou como preocupação por partes de grupos dominantes que pensavam a organização nacional sem a participação popular;
- Compreensão quanto ao jogo político;
- Marcou os rumos da política e da democracia brasileira;
- As discussões levantadas ficaram em torno de sobre quais rumos o país levou depois da Revolução de 1930.
- O Brasil continuou sendo um país em que os grandes proprietários de terras, comerciantes ou industriais (os proprietários) controlavam o poder;

- O país continuou ostentado nível de desigualdade social e regional exorbitantes.

4 CONCLUSÕES

O referencial analisado ajudou a compreender que a década de 1930 no Brasil precisa ser tencionada constantemente. Conclui-se – muito mais no sentido de reflexão – que chamar 1930 de revolução pode ser um risco enorme de se cair em um reducionismo estrondoso, uma vez que, tal definição nos faz assumir o ponto de vista dos “vencedores”. É preciso lembrar ainda que movimentos vitoriosos tendem a construir representações que confirmam seu ímpeto revolucionário, destruidor das velhas estruturas, e que a história envolve não só a luta política, econômica, mas também de suportes símbolos que reforçam a criação de representações.

O trabalho aqui apresentado além de possibilitar outro olhar sobre 1930, ampliou o leque de conhecimento, permitindo aumentar a compreensão quanto ao jogo político, principalmente, quando o assunto é o favorecimento de interesses de pessoas nele envolvido, algo que transparece ser, conforme se buscou mostrar no texto, uma prática corriqueira na política brasileira.

Foi possível compreender que a representação realizada sobre o movimento de 1930 fez com que a maioria dos brasileiros daquela época e posteriores mal percebesse a pseudo “ruptura” em torno da sucessão “legal” realizada em 1930. Não se pode negar que a mesma proporcionou algumas mudanças importantes para a nação brasileira, tais como nas relações entre sociedade e governo, nas relações sociais de trabalho, bem como a estruturação da base industrial do Brasil que por um lado reforçou a concepção de propriedade, inclusive da terra.

O que se viu após 1930 foi um Brasil que continuou sendo um país em que os grandes proprietários de terras, comerciantes ou industriais (os proprietários) controlavam o poder. A fonte de maior riqueza ainda continuava sendo a terra e, coincidentemente, não se falou, assim como atualmente não se fala, de maneira séria em reforma agrária.

Eventualmente, o país continuou ostentado nível de desigualdade social e regional exorbitantes. O número de analfabetos permaneceu os mesmos, ainda que a inserção na senda da modernidade a exigisse. Algumas medidas alcançadas na Constituição de 1934, fruto da pressão popular, foram perdidas após a deflagração do governo autoritário de 1937, coincidentemente tendo Vargas, novamente, a frente

do levante. Isso não significa dizer toda a responsabilidade à pessoa do presidente, mas parece ser a manutenção de um projeto de nação gestado ainda na fase do império e conduzida pela elite do país, os grandes proprietários.

A escolha do movimento de 1930 como tema para o trabalho de conclusão de curso colocou essas questões à tona no momento das leituras e reflexões. Outro elemento que jamais se imaginaria emergiu e também possibilitou refletir sobre como não é o passado unicamente que nos ilude sobre a perspectiva do presente, mas, ao contrário, é o presente feito daquilo que disseram do passa que nos fornece uma interpretação do próprio passado e, em alguns casos nega, manipula a compreensão da História.

Enfim, as possibilidades são enormes e o que se propôs fazer foi refletir acerca de um dos períodos mais contundentes da história brasileira, mais especificamente a primeira fase da chamada Era Vargas. Contudo, arriscado possivelmente será afirmar que o movimento de 1930, ocasionou uma ruptura, assim como também o é chama-lo de revolução com impactos significativos para a nação brasileira. Contudo, talvez ainda seja cedo para se chegar a alguma conclusão ou por que esta não é função da história, mesmo que muitos até insistam que seja. O projeto de nação parece ainda se manter e em função das transformações, vai se adequando e mantendo em curso. À medida que isso se desenvolve, a história permanecerá pertinente e alerta como instrumento de busca e compreensão do processo histórico.

REFERÊNCIAS

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e pratica. In: *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999. (p. 131-167).

_____, Emília Viotti da. Sobre as origens da República. In: *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999. (p. 385-445).

_____, Emília Viotti da. A proclamação da República. In: *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999. (p. 447-490).

- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Goiás na primeira república: a luz no fim do túnel. In: *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3 ed. Goiânia: editora UFG, 2010. (p.122-131).
- DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos/ memória, história e revolução*. 6 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.
- FAUSTO, Boris. A primeira República (1889-1930). In: *História Concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010. (p. 139 - 183).
- _____, Boris. O estado Getulista (1930 - 1945). In: *História Concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010. (p. 185 - 218).
- GERMANO, José Willington, *Estado militar e educação no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MENDES, Oswaldo. A revolução de 30. In: *Getúlio Vargas*. São Paulo: Moderna, 1986. (25 - 29).
- _____, Oswaldo. O governo provisório. In: *Getúlio Vargas*. São Paulo: Moderna, 1986. (30 - 34).
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: A consolidação de república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. (p. 316 - 325).
- PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. (p. 13 - 37).
- SKIDMORE, Thomas E. Primeira guerra mundial, a grande depressão e a ditadura: 1910 – 1945. In: *Uma História do Brasil*. tradução de Raul Fiker. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (137 – 179).